# O CAMPO ENQUANTO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA: O PAPEL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E DO TRABALHO

**Jeinni Kelly Pereira Puziol**[1]

**Irizelda Martins de Souza e Silva**[2]

**RESUMO:** Este artigo apresenta reflexões iniciais sobre o papel do Trabalho e Educação do Campo enquanto agentes de produção e transformação da realidade do território camponês. É parte da temática da dissertação de Mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. A categoria de análise geográfica - o território - especificamente o território camponês como a base estruturante da pesquisa. Parte-se do pressuposto que as relações não ocorrem no vácuo, mas são materializadas nos territórios que podem representar espaços de dominação ou resistência. Nesse sentido é abordada a Educação do Campo, construída no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A Educação é entendida como território imaterial que atua direta e indiretamente na modificação do território material camponês. O trabalho, categoria fundante do homem, é constituinte das dimensões territoriais, atua de maneira interativa e completiva com a produção, cultura, organização política e educação. Dessa forma, é considerada a relação intrínseca entre trabalho e a educação na luta por uma formação profissional para a população do campo, condizente não somente com a vivência cotidiana, mas com a busca da realização de todas as dimensões da existência humana. O referencial teórico-metodológico deste estudo busca explicitar o vínculo orgânico entre a economia do capital e a vida social. Os objetos de investigação crítica, território, trabalho e educação, são situados no contexto histórico-mundial atual no intuito de se esclarecer o complexo de mediações concretas que influem diretamente sobre aqueles no bojo das transformações oriundas da mundialização do capital. A perspectiva territorial qualifica a pesquisa na medida em que parte da crítica do próprio espaço onde são desenvolvidas as relações sociais. Compreender o trabalho e a educação do campo vinculados ao território amplia as possibilidades de negação à subalternidade imposta pelos interesses do capital.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território. Trabalho. Educação do Campo. Campo.

## INTRODUÇÃO

> "*O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência" (Milton Santos).*

Este artigo, parte compositiva da temática da dissertação de mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, apresenta discussões iniciais sobre o papel do Trabalho e Educação do Campo, protagonizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), enquanto agentes de transformação do território camponês em espaço de resistência, a partir das relações contraditórias estabelecidas no interior da sociedade capitalista.

O território - categoria de análise geográfica – é discutido aqui não como território em si mesmo, mas pelo seu uso enquanto espaço humano e habitado. Essa categoria tem sido amplamente utilizada por outras ciências que se dedicam ao estudo da produção e transformação do espaço. Na maioria das vezes, o território é utilizado de maneira superficial e apenas como palco das relações sociais como se não exercesse influência sobre as relações que nele se constituem.

Num primeiro momento, objetiva-se, uma breve análise dessa categoria, subdividindo-a em território material e imaterial no qual serão abordados, de maneira específica, o território material camponês e o território imaterial, ou seja, a educação do campo. Para tanto, far-se-á um breve resgate do contexto histórico, político e econômico a partir da década de 1970, período de reestruturação produtiva do capital, que forneceu as bases para globalização dos territórios e espaços que assistimos na atualidade.

Após abordar tais questões, serão discutidas as relações entre a categoria trabalho e a Educação do Campo na formação humana da população que acompanha o movimento do Movimento. Será enfatizado o papel do MST enquanto sujeito pedagógico que reivindica escolas que contemplem a sua realidade social, e se utilizam da educação (território imaterial) e do trabalho para constituir o campo em território material de resistência às práticas políticas que não identificam a realidade social e cultural desse espaço.

O MST, além de sua tarefa histórica – produzir alimentos nas áreas aprisionadas pelo latifúndio –, também auxilia na formação de seres humanos, na teoria e na prática pedagógica no interior de uma coletividade em movimento preocupada com a educação das gerações futuras. A educação do campo tem, como princípio, a dimensão do trabalho, o que reforça o lugar das relações sociais na formação humana, e, nesse sentido, o sujeito educativo não precisa ser uma pessoa ou estar na escola. Uma fábrica, um sindicato, um partido ou um movimento social podem ser sujeitos educativos (GRAMSCI, 1985).

Para a realização de tal pesquisa, adotou-se um referencial teórico-metodológico capaz de explicitar a relação orgânica entre o modo de produção capitalista e a vida social. Situa-se o objeto de investigação crítica no contexto da sociedade burguesa em suas condições de mundialização, evidenciando as múltiplas determinações que o vinculam a totalidade concreta do capitalismo mundial.

Estudar, portanto, a realidade do território camponês e as possibilidades de transformações positivas, em prol do homem do campo, pressupõe a negação das condições de precariedade laboral e educação burguesa voltadas para a realidade da cidade, e a luta por uma formação profissional capaz de gestar novas estratégias para a organização da vida e do trabalho no campo, evidenciando a relação dialética da educação enquanto território imaterial com o território material de resistência no qual se constitui é tarefa que nos propomos.

Destacam-se a importância das categorias geográficas para a compreensão da educação do campo, suas lutas e o trabalho em sua totalidade, uma vez que a realidade histórico-mundial e suas modificações não ocorrem suspensas no ar, mas em determinado espaço. Como enfatizou o geógrafo Haesbaert (2004, p. 20): "[...] não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, 'territorial'".

## O Território no contexto global

Ao longo da história humana se observou que o espaço geográfico sempre representou objeto de compartimentação de acordo com os interesses de cada época. Com a globalização dos espaços, tal prática foi acirrada e nenhuma fração do Planeta escapou à influência econômica e política do homem. Como alertou Santos (2008, p. 81): "Com a globalização, todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas nesta fase histórica". Nesse contexto, a abordagem territorial

surge como categoria que permite explicar o papel do contexto e do espaço social como fator de desenvolvimento.

Numa situação de extrema competitividade, característica do capitalismo global, o espaço geográfico ganhou novas definições, os territórios são reproduzidos e organizados por relações sociais de classes e revelam os movimentos de dominação e resistência. O estudo desta não é novidade, pois o surgimento deste conceito tem por base os estudos do geógrafo Friedrich Ratzel no contexto da unificação alemã em 1871. E, posteriormente, foi sendo desenvolvido e aperfeiçoado por outros geógrafos como o norte-americano, Jean Gottmann, na década de 1970, o francês, Claude Raffestin, os brasileiros, Milton Santos e Bertha Becker, em 1980, o norte-americano, Robert Sack, em 1986, e, mais recentemente, o norte-americano, David Harvey, na década de 1990, entre outros.

O território não é aqui considerado somente um espaço de governança, pois se consideram os diversos interesses que produzem diferentes territórios. A conceituação aqui defendida entende o território como um espaço determinado por relações de poder evidentes ou não. Tem como referencial o lugar, espaço do cotidiano onde se desenvolvem relações internas e externas úteis para o estudo de processos sociais e, sobretudo, para o estudo do desenvolvimento do campo. Como bem analisou Fernandes (2009, p. 4):

> O território compreendido pela diferencialidade pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais. [...] Partiremos do território como espaço de governança, mas reconhecemos outros tipos de territórios fixos e fluxos, material e imaterial, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais [...].

Para Raffestin (1993), o território é entendido como a manifestação espacial do poder fundamentada em relações sociais e no qual existem múltiplos poderes além do Estado. Nesse sentido, Becker afirma que "face à multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. Trata-se, pois, agora de uma geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais" (1983, p.7). Pautado nesse referencial, se faz necessário recuperar o contexto do modo de produção capitalista, da década de 1970, definido como a Reestruturação Produtiva do Capital onde os níveis espaciais de influência econômica e política foram ampliados. A modificação da organização produtiva do trabalho característica do taylorismo/fordismo é substituída pela *acumulação flexível* baseada

em novas tecnologias e na descentralização produtiva mundial, o que sucinta a retomada dos debates sobre a dimensão espacial e territorial da localização da produção capitalista (HARVEY, 1993).

A crescente desterritorialização da produção característica desse novo momento, o deslocamento das unidades produtivas para outros espaços na busca de maiores lucros e menores despesas, tornou-se comum. As relações, processos, mercadorias, pessoas e ideias movimentam-se por distintas regiões do globo, de maneira intensa e desenfreada. Para Ianni (1999, p. 95):

> A *desterritorialização* manifesta-se tanto na esfera da economia como na da política e cultura. Todos os níveis da vida social, em alguma medida, são alcançados pelo deslocamento ou dissolução de fronteiras, raízes, centros decisórios, pontos de referências. As relações, os processos e as estruturas globais fazem com que tudo se movimente em direções conhecidas e desconhecidas, conexas e contraditórias.

Realidades e problemas nacionais mesclam-se com realidades e problemas mundiais, ou seja, o local, regional, nacional ou mesmo continental entram no jogo das relações internacionais. No lugar da sociedade nacional, surge a sociedade global. As atuações do mercado financeiro permeiam a sociedade global no âmbito político, econômico e social e promovem a fragmentação desta. De acordo com Santos (2008, p. 79): "Os territórios tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local da sociedade nacional".

O sentido da disputa está na essência do território, princípios como intencionalidade e conflitualidade são os responsáveis pelo desenvolvimento dos espaços sociais contido no espaço geográfico, como, por exemplo, o campo. Cabe, neste momento, um esclarecimento de Fernandes (2009, p. 4): "[...] é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais".

**O campo: território material**

O campo é uma fração do espaço geográfico, e, portanto, um território com características particulares. Desde os primórdios, a agricultura é atividade reveladora das relações profundas entre as sociedades humanas. O avanço da civilização proporcionou o desenvolvimento do campo e pode-se falar hoje de uma agricultura científica. Como ponderou Santos (2008, p. 88):

> Os últimos séculos marcaram, para a atividade agrícola, com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres. É desse modo que se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações.

O território camponês abriga os vetores da globalização e, para se enquadrar ao modelo econômico, deve se submeter aos usos e apetites do Estado e das empresas multinacionais. Porém, pode representar-se também como território de resistência que nega as condições precárias as quais sobrevivem e lutam por uma realidade diferente. Santos (2008), ao analisar tais questões, verificou, no interior dos territórios e dos lugares (cotidiano de determinada população), a existência de *esquizofrenias*, definidas por ele como:

> O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados (SANTOS, 2008, p. 114).

Território e lugar não são apenas categorias de análise, mas espaços vividos que podem apresentar manifestações de contraface ao pragmatismo característico da sociedade burguesa globalizada. A partir das novas mutações da sociedade, tem-se a construção de um

novo espaço e de um novo funcionamento do território por meio de *horizontalidades* e *verticalidades*, definidas a seguir:

> As verticalidades podem ser definidas, num território, com um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos. [...] O sistema de produção que se serve desse espaço de fluxos é constituído por redes – um sistema reticular –, exigente de fluidez e sequioso de velocidade. São os atores do tempo rápido, que plenamente participam do processo, enquanto os demais raramente tiram todo proveito da fluidez (p. 105-106). [...] As horizontalidades são zonas da contigüidade que formam extensões contínuas. [...] a existência de um "espaço banal" em oposição ao espaço econômico. O espaço banal seria o espaço de todos: empresas, instituições, pessoas; o espaço das vivências. [...] Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica (SANTOS, 2008, p. 108-110).

No interior da realidade global, as *verticalidades* representam os espaços regidos por um relógio despótico[3] a serviço dos atores hegemônicos em detrimento das *horizontalidades* de caráter solidário orgânico que representam a sobrevivência em conjunto dos *espaços banais*. Nesse processo, emerge uma análise basilar para a compreensão dos papéis das categorias geográficas nas lutas sociais e na contribuição da Educação do Campo, enquanto instrumento de elaboração de *contra-racionalidade* que podem constituir-se na base das *horizontalidades* em contraponto às *racionalidades* características das *verticalidades* (SANTOS, 2008).

Ao contrário da ordem que se impõe aos espaços em redes marcados pela fluidez, rapidez, alienação e obediência dos atores hegemônicos, podem ser criados *espaços banais*, ou seja, novas formas de resistência e existência. É por isso que o território e o lugar são esquizofrênicos, pois abrigam desde os pragmatismos hegemonizados até as contrar-racionalidades.

**Território imaterial: a Educação do Campo**

Compreender o Campo como um território implica discutir a educação para o seu desenvolvimento. A educação deve ser pensada para a realidade específica do território camponês e se constitui, portanto, com um território imaterial que está relacionado ao controle e domínio dos processos de construção do conhecimento. A Educação do Campo, prioridade histórica e política do MST, realiza a formação dos sem-terra com funções intelectuais que não incorporem uma educação vinda de fora, mas que aqueles se tornem *sujeitos de sua própria pedagogia* (CALDART, 2004, p. 312). A intencionalidade no processo de formação está no próprio caráter do MST, além da luta pelo cumprimento de sua tarefa histórica, entendido com a produção de alimentos nos latifúndios improdutivos, e busca formar seres humanos que entendam e contestem práticas sociais impostas pela sociedade vigente.

Rosely Caldart, em seu livro *Pedagogia do Movimento Sem Terra (2004)* faz uma ampla discussão sobre a Educação do Campo, evidenciando a importância do movimento social para a renovação do movimento pedagógico. A autora esforça-se em demonstrar que a pedagogia do MST não se fundamenta estritamente nas relações pedagógicas (educador e educando), mas na própria dinâmica social, na qual cabem ressaltar a reciprocidade entre as práticas educativas e a dinâmica da sociedade. Como analisou Marx (2007, p. 66), "[...] as circunstâncias fazem os homens assim como eles fazem as circunstâncias". Geograficamente falando, são os territórios imateriais, no caso de nossa análise, a Educação do Campo, que produzem e reproduzem os territórios materiais, no caso, o Campo.

Os territórios imateriais representam a base de sustentação de todos os territórios. São os territórios imateriais que materializam, por meios das lutas, novas formas de vida (FERNANDES, 2009, p. 17). O MST, como sujeito pedagógico, produz e transforma identidades ao longo de sua trajetória histórica com diferentes vivências e realidades que dão vida ao *movimento do Movimento*. Sua história e a pedagogia são transformadas constantemente e procura-se consolidar uma pedagogia do movimento e não para o movimento. De acordo com as reflexões de Caldart (2004, p. 317):

> O MST junta em si esses dois sujeitos, o que torna, parece-me, um objeto bastante privilegiado de estudo também nesse campo. Trata-se aqui, pois, de compreender uma pedagogia *do* Movimento e não *para* o Movimento, no duplo sentido de ter o Movimento como sujeito educativo e como sujeito de reflexão (intencionalidade pedagógica) sobre sua própria tarefa de fazer educação ou formação humana.

É nesse sentido que o MST, por meio da Educação do Campo e da valorização no cotidiano, atua na construção de contrar-racionalidades dos lugares e dos territórios. Por meio das manifestações, tem-se a contraface do pragmatismo envolvido por um denso sistema ideológico. O movimento tornou-se uma organização popular que luta pela conquista de territórios e sua contínua transformação.

**Território, Educação do Campo e Trabalho**

As compreensões de Vendramini (2007) contribuem amplamente para o entendimento da relação entre educação e trabalho no território camponês. A escola deve estar em sintonia com as mudanças que ocorrem no território onde se localiza e buscar uma formação profissional que contemple a realidade. Para Vendramini (2007, p. 129):

> A educação do campo ganha um novo sentido, quando associada a um movimento social que defende a educação articulada com a criação de condições materiais para a vida no campo. A defesa de uma educação do campo tem como sustentação o reconhecimento de uma realidade de trabalhadores e trabalhadoras que têm resistido para continuar produzindo sua vida no espaço rural.

A situação atual do campesinato não é nada confortável frente à modernização e à presença massiva de multinacionais por todo o globo. Fernandes, ao analisar a realidade do campo na atualidade, salienta:

> O campesinato vem sendo destruído e recriado continuamente de diversas formas: por políticas de compra de terras para pequenos agricultores, com apoio do Banco Mundial, pelo arrendamento de terras pelos grandes proprietários e pelas ocupações de terras, que ocorrem na América Latina, na África e na Ásia. A diminuição da população camponesa em todo o mundo não pode ser compreendida sem a análise das políticas agrícolas que os excluem, das políticas de desenvolvimento urbano que estão produzindo cidades insustentáveis e da territorialização das multinacionais que controlam cada vez mais

> a terra e água nos países em desenvolvimento (FERNANDES, 2006, p. 2).

O campo é tratado, pela maioria dos países, como algo residual em meio a uma sociedade que tem se modernizado amplamente frente aos imperativos do capital mundializado. Porém, é primordial analisar que a mesma modernização que revolucionou os espaços industriais da cidade gerou o desemprego estrutural e que a cidade não é capaz de absorver a mão de obra vinda do campo, e, nesse sentido, a agricultura familiar é vista como uma opção para a geração de trabalho e desenvolvimento territorial camponês.

É justamente nesse contexto que se enquadra a ação do MST que, por meio das lutas, atua constantemente no campo, questionando a política do agronegócio. Como bem analisou Fernandes (2006, p. 2):

> Essa luta se constitui no campo das possibilidades dos processos de transformação da sociedade. Esse tem sido um movimento de avanços e refluxos de um processo em permanente construção. Caminhando na contra-corrente das teses do capitalismo agrário, compreendemos o campesinato como uma forma de organização e desenvolvimento fundamental para a construção de um mundo mais justo.

Os movimentos sociais desenvolvem novas funções para o território e, transformam o espaço geográfico. Adquirem vida e participam de uma dialética junto à sociedade, transformando paisagens e resignificando lugares (SANTOS, 2006). Para tanto, é justificada a grande importância dada à educação pelo MST, que busca a qualificação profissional para melhor atuar no campo.

De acordo com dados que tratam da educação no MST verificaram-se 100.000 sem terras alfabetizados, 10.000 que atuam em escolas de assentamentos e acampamentos sem-terra, 4.000 professores já foram formados no Movimento, 350.000 já se formaram em cursos de alfabetização, ensino fundamental, médio, superior e cursos técnicos. Possui 2.250 escolas, das quais 1.800 até a 4ª série e 400 até o ensino fundamental completo. E há, atualmente 350.000 sem-terra, entre criança, jovens e adultos, que estudam (MST, 2009).

A luta por cursos técnicos e superiores tem crescido amplamente no Movimento. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em parceria com universidades públicas, e com o apoio do Programa Nacional de Educação na Reforma

Agrária (PRONERA[4]), tem propiciado o Ensino técnico em Agropecuária, Agroecologia e Enfermagem em alguns Estados brasileiros. Cursos nas áreas de licenciatura como História, Ciências Agrárias e Pedagogia. Garantir a Educação do Campo é um desafio. Lutar junto aos governos e universidades para a ampliação e continuidade do processo educativo, planejado de forma sistemática e representado pelas iniciativas escolares que vão desde a alfabetização aos cursos superiores, não tem sido tarefa fácil.

Cabe ressaltar que, além do conhecimento sistemático representado pela educação formal, existe também o aprendizado presente nas próprias lutas do Movimento, por meio da ocupação da terra, reuniões, manifestações públicas, vida nos acampamentos, enfrentamentos, entre outros. Como analisou Gramsci, o *trabalho também é um princípio educativo* (NOSELLA, 1992). Para Vendramini (2007) são de extrema importância a sintonia entre a escola e as mudanças do território local, pois as novas necessidades geram as bases para a formação profissional de acordo com o modo de vida e o trabalho em constante transformação.

## Algumas considerações

As considerações aqui apresentadas não visam concluir a temática, posto que já foi mencionado ser o artigo reflexões de uma dissertação de Mestrado em processo de construção. Buscou-se evidenciar a importância de se utilizar a categoria território para a compreensão de questões sociais, econômicas e políticas, uma vez que ele é o espaço onde se materializam as relações sociais que podem produzir e transformar modos de vida.

Ficou evidente que, em meio à condição de globalização do capital, que acentua ainda mais a concentração de terras, o agronegócio tende a se proliferar pela maioria dos territórios localizados no campo. Porém, os territórios de resistência camponesa, junto aos territórios imateriais, buscam auxiliar na tomada de consciência da realidade, objetivam lutar contra essa racionalidade que coloca a classe trabalhadora do campo em condições precárias de vida marcada pela informalidade e ausência de políticas públicas.

É valido esclarecer que a prática educativa não é aqui entendida como a solução para os problemas da sociedade burguesa em vigência, mas como instrumento de luta que objetiva desvendar, pela raiz, o caráter alienante do discurso hegemônico e construir novas consciências a partir da realidade material que se constitui sob o modo de produção

capitalista. A luta pelos cursos técnicos e superiores, especificamente para a população ligada ao MST, é algo de extrema importância para o desenvolvimento do campo uma vez que é primordial haver profissionais qualificados tanto para o cultivo da própria terra, quanto para perpetuar o ensino entre os assentamentos e acampamentos.

O trabalho, categoria fundante do ser social, aliada à educação, sua categoria derivativa, pode promover mudanças na realidade social. Não sob a perspectiva economicista que prioriza uma educação alienada e submissa aos ditames capitalistas, mas no interior de uma práxis emancipatória que transcenda a lógica do capital. Essa educação que tem o trabalho como princípio educativo faz parte, no interior da realidade do campo, de um projeto que busca soluções para além dos problemas agrários. A transformação do território camponês em espaço de resistência constitui-se na valorização da realidade particular do campo, enquanto espaço vivido e na negação da racionalidade hegemônica, característica da temporalidade global, imposta pelo modelo econômico capitalista.

**Referências**

BECKER, B. K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. K; COSTA, R; SILVEIRA, C. (org.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p. 1-21.

CALDART, R, S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, B. M. **20 Anos do MST e a perspectiva da Reforma Agrária no governo Lula.** [2006]. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes.php>. Acesso em: 12 fev. 2010.

FERNANDES, B. M. **Sobre a tipologia dos territórios.** [2009]. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes.php>. Acesso em: 12 fev. 2010.

FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo:** espaço e território como categorias essenciais. s/ data – C. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes.php>. Acesso em: 12 fev. 2010.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 5ª Ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1985.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993

IANNI, O. **A sociedade global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MARX, K. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martin Claret, 2007.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). A educação do MST. IN: **Jornada Nacional de Luta dos Sem Terrinha.** Outubro, 2009. Nº 32. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/8302> Acesso em: 05 mar. 2010.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

Santos, M. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2008.

VENDRAMINI, C. R. **Educação e Trabalho:** reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007 121. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 16 fev. 2010.

1 Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá - PPE/UEM. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão Educacional (GEPPGE - CNPq). E-mail: jeinnikelly@hotmail.com

Co-orientação do mestrado: Drª. Maria Aparecida Cecílio. Universidade Estadual de Maringá. E-mail: maacecilio@hotmail.com

2 Docente do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão Educacional (GEPPGE - CNPq). E-mail: irizmss@yahoo.com.br

3 “[...] com a interdependência globalizada dos lugares e a planetarização dos sistemas técnicos dominantes, estes parecem se impor como invasores, servindo como parâmetro na avaliação da eficácia de outros lugares e de outros sistemas técnicos. É nesse sentido que o sistema técnico hegemônico aparece como algo absolutamente indispensável e a velocidade resultante como um dado desejável a todos que pretendem participar, de pleno direito, da modernidade atual” (SANTOS, 2008, p. 124).

4 O Pronera foi criado em 16 de Abril de 1998 e é um Programa de Educação do Campo voltado especificamente para trabalhadores das áreas de reforma agrária executado pelo INCRA, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com diferentes esferas de governo, Instituições de Ensino, movimentos sociais e organizações sociais/sindicais.